

# Newsletter do PPI

Junho

## Especial

- O PPI e o Novo Marco Regulatório do Saneamento

## Transportes e Logística

- Relicitação dos Aeroportos Viracopos (SP) e Aluizio Alves (RN) é qualificada no PPI
- Ferroeste qualificada na carteira do PPI
- Audiência Pública sobre os terminais STS08 e STS08A no Porto de Santos
- Cinco terminais pesqueiros públicos são qualificados no PPI
- Via Dutra: Diálogos do PPI com o setor financeiro
- Concluída Consulta Pública sobre concessão do Terminal Pesqueiro de Cabedelo (PB)
- Consulta Pública sobre terminal de grãos no Porto de Maceió, Alagoas
- Audiência Pública Virtual sobre o arrendamento do Porto de Fortaleza, Ceará

## Energia, Petróleo, Gás e Mineração

- Aberta Consulta Pública sobre a 1ª Rodada de Disponibilidade de Áreas da Agência Nacional de Mineração (ANM)
- Audiências públicas sobre projetos minerários em Bom Jardim de Goiás (GO) e Miriri (PB/PE)
- Diálogos com o Setor de Mineração
- Concluída Consulta Pública sobre o Edital do Leilão de Transmissão nº 01/2020

## Parcerias de Entes Federativos e Desenvolvimento Regional

- Projeto de PPP para construção de novo hospital infantil é qualificado no PPI
- MME e MCTI reforçam Comitê Interministerial sobre projetos para recuperação energética de resíduos sólidos
- Curso para Monitoramento e Gerenciamento dos Contratos de Concessão do FEP-CAIXA
- Roadshow FEP-CAIXA tem mais de 600 inscritos
- Modernização da Iluminação Pública: publicado resultado da seleção de consórcios
- Publicados editais de licitação de PPP para iluminação pública em Aracaju (SE), Feira de Santana (BA) e Franco da Rocha (SP)
- Consulta pública sobre modelo de concessão da CEDAE-RJ

## Desestatização de Empresas e Serviços

- Resolução qualifica serviço de “Apostas de Quota Fixa” no PPI
- “Mercado Livre do Produtor” incluído nos estudos para desestatização da CEASAMINAS
- Primeiro Ciclo de Diálogos com o Setor Postal
- Encerramento das atividades do Comitê Interministerial sobre a CEITEC

# Newsletter do PPI

Junho

## Eventos e outros

- Mais de 30 projetos qualificados durante 13ª Reunião do Conselho do PPI
- Resolução regula Audiências Públicas Virtuais dos projetos do PPI

### *Webinars em inglês*

- Webinar “Understanding the role of infrastructure to foster economic growth in Latin America post Covid-19”
- Webinar “The new infrastructure pipeline”
- Webinar “Impacts of Covid-19 on Infrastructure Concession Projects”
- Webinar “Investing in the Brazilian Power Sector: Opportunities and Challenges”

### *Webinars em português*

- Webinar sobre Retomada do crescimento por meio de Investimentos em Infraestrutura
- Webinar da Câmara Americana de Comércio - AMCHAM
- Webinar sobre a CEITEC
- Webinar sobre Concessões Florestais com a equipe do PPI
- Aula aberta “Leilões na mineração”

# Newsletter do PPI

Junho

*Especial*

## O PPI e o Novo Marco Regulatório do Saneamento

Quase 35 milhões de brasileiros não têm abastecimento de água tratada, e quase a metade da população – cerca de 100 milhões de pessoas – não têm coleta de esgoto. Esse cenário resulta, anualmente, em milhares de afastamentos por motivo de doenças gastrointestinais, internações hospitalares e óbitos. Também influencia a renda média das famílias, o atraso escolar e até a média dos estudantes no ENEM.

No dia 24/06, o Senado Federal aprovou o novo marco regulatório do saneamento básico (projeto de lei 4162/2019), que transformará esse cenário: as novas regras contribuem para trazer mais segurança jurídica e concorrência ao setor, tornando-o mais atrativo para investimentos privados.

Estima-se que sejam necessários investimentos da ordem de R\$ 600 bilhões até 2033 para universalizar os serviços de água e esgoto no Brasil. Hoje, o setor privado responde por cerca de 6% do mercado nacional de saneamento, mas tem sido responsável por 20% dos investimentos. Concessionárias privadas investem, em média, 2,5 vezes mais que as estatais de saneamento, mas as tarifas cobradas são similares às das empresas públicas.

### PPI e saneamento básico: uma grande parceria

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) apoiou com grande entusiasmo o novo marco, que mudará a paisagem do país em matéria de saneamento e trará impactos significativos em termos de saúde, educação e produtividade do trabalho, além de contribuir para a preservação do meio ambiente e favorecer o turismo.

Muitas das iniciativas que contam com suporte do Programa já antecipam a aplicação de elementos da nova lei de saneamento, como os projetos na área de resíduos sólidos urbanos apoiados por meio do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP CAIXA) e as iniciativas conduzidas pelo BNDES para estruturar blocos de municípios visando realizar projetos de concessão ou PPPs nas áreas de distribuição de água e de serviço de esgotamento sanitário.

O apoio do Governo Federal a essas iniciativas subnacionais está previsto no Decreto 9.036/2017, que indicou o setor de saneamento básico como uma das políticas públicas de prioridade nacional e permitiu às instituições oficiais de crédito cujos presidentes integram o Conselho do PPI (BNDES e da Caixa Econômica Federal) a dar suporte à estruturação e ao desenvolvimento dos projetos relacionados ao setor.

### O que muda com o novo marco regulatório?

**Regras mais claras.** O projeto de lei 4162/2019 atribui à Agência Nacional de Águas (ANA) a competência para editar normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. O objetivo é trazer maior segurança jurídica ao setor, maior uniformidade e previsibilidade regulatória e promover melhores práticas. Hoje, a regulação é realizada de forma pulverizada por mais de 50 agências municipais, estaduais e regionais, que nem sempre atuam em conjunto, o que pode levar insegurança aos investidores em função de decisões regulatórias divergentes.

**Vedação do “Contrato de Programa”.** Outra mudança de impacto diz respeito à vedação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico por “contrato de programa”, modelo de contratação sem licitação feita pelos municípios junto a empresas públicas estatais. A mudança permite aumentar a concorrência no setor, o que pode contribuir para um choque de eficiência nas empresas estatais e aumentar a presença de agentes privados. Passa a ser obrigatório cumprir metas de investimento e de qualidade do serviço.

# Newsletter do PPI

Junho

## *Especial*

**Desestatizações.** O novo marco regulatório também inova ao facilitar a venda do controle das empresas estaduais de saneamento básico. A legislação anterior dificultava a alienação de controle acionário de empresa pública ou sociedade de economia mista.

**Regionalização.** A titularidade dos serviços poderá ser exercida pelos Estados, em conjunto com os Municípios, dentro das unidades regionais em que os territórios estaduais serão divididos, assim como nas regiões metropolitanas, para a prestação dos serviços que se caracterizem como função pública de interesse comum, que é definido pela necessidade de compartilhamento de infraestruturas que atendam a mais de um município.

O novo PL também prevê o estabelecimento de blocos de referência para a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, estimulando as parcerias com a iniciativa privada.

A União terá importante papel na estruturação desses blocos e na realização dos estudos de viabilidade, bem como apoiando os entes subnacionais em toda a estruturação dos projetos de privatizações, concessões e PPPs. A União também priorizará os municípios que optarem pelos blocos e pela regionalização dos serviços ao alocar recursos e financiar projetos.

**Governança.** Finalmente, o PL 4162/2019 cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB), presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, para assegurar a implementação da política federal de saneamento básico e de coordenar a alocação de recursos financeiros.

[Voltar ao índice](#)



# Newsletter do PPI

Junho

## *Transportes e Logística*

### **Relicitação dos Aeroportos Viracopos (SP) e Aluizio Alves (RN) é qualificada no PPI**

Publicadas em 25/6 no Diário Oficial da União (DOU), as resoluções 122/2020 e 123/2020 recomendam a qualificação na carteira do PPI, para fins de relicitação, os empreendimentos públicos federais Aeroporto Governador Aluizio Alves, no Rio Grande do Norte, e Aeroporto Internacional de Viracopos, Campinas, em São Paulo. A perspectiva é de que os editais de licitação sejam publicados no segundo semestre de 2021, e que os novos leilões sejam realizados no segundo semestre de 2021 (Viracopos) e no primeiro semestre de 2022 (Aluizio Alves).

Localizado no município de São Gonçalo do Amarante, o Aeroporto Internacional de Natal - Governador Aluizio Alves está situado a 25 km da capital potiguar e a 36 km da Praia de Ponta Negra, onde se concentra grande parte da zona hoteleira de Natal. O terminal possui capacidade anual de 6,2 milhões de passageiros. Já o Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado a 17 km do centro de Campinas e a 95 km do centro de São Paulo, é o principal aeroporto internacional do interior paulista e também atende à Região Metropolitana de São Paulo.

A possibilidade de relicitação de contratos de concessão de aeroportos federais está prevista na Lei 13.448/2017. Ela permite a extinção amigável do contrato de parceria e a realização de nova licitação para o empreendimento, com outros parceiros e sob novas condições contratuais.

### **Ferroeste qualificada na carteira do PPI**

Foi publicada em 25/6 a Resolução 133/2020, que qualifica a empresa estadual Estrada de Ferro Paraná Oeste – Ferroeste na carteira de projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A companhia detém a concessão para construir e operar estrada de ferro já existente entre as cidades de Guarapuava e Cascavel, com a possibilidade de extensão até Dourados, no Mato Grosso do Sul. O Projeto do Corredor Oeste de Exportação – Nova Ferroeste, com extensão estimada de 1.370 km, abrange a construção de novos trechos, conforme resultado de estudos de viabilidade em curso.

O apoio do Governo Federal à desestatização da Ferroeste, solicitado pelo Governo do Estado do Paraná, contribuirá para atrair investimentos privados fundamentais para a concretização desse projeto estratégico para o estado e para o Brasil. A iniciativa atende ao objetivo de ampliar a malha ferroviária nacional de modo a atender ao transporte de cargas voltado à exportação e promover maior participação desse modal na matriz de transportes, uma vez que é menos custoso, tem mais capacidade de carga em relação a outros modais e oferece mais segurança no transporte de mercadorias.

Um Comitê de Governança do Projeto, que deverá incluir representantes dos Ministérios da Economia e da Infraestrutura, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Governo do Paraná, ficará responsável por acompanhar a execução do projeto em todas as etapas necessárias para sua implementação, o que incluirá as discussões sobre o modelo de concessão mais adequado. Mais informações sobre a iniciativa estão disponíveis em: <https://www.ppi.gov.br/ef-277-estrada-de-ferro-parana-oeste-ferroeste>

### **Audiência Pública sobre os terminais STS08 e STS08A no Porto de Santos**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou em 9/6 Audiência Pública Virtual sobre os Estudos dos Terminais de Granéis Líquidos e Gasosos no Porto de Santos (STS08 e STS08A), localizados na região da Alamoá. Trata-se do maior projeto de arrendamento de terminais, com previsão de investimentos de aproximadamente de R\$ 1,4 bilhão. Os estudos da área foram qualificados na carteira de projetos do PPI durante a 11ª Reunião do Conselho do PPI, por meio da Resolução nº 87, de 19/11/2019.

# Newsletter do PPI

Junho

## *Transportes e Logística*

### **Cinco terminais pesqueiros públicos são qualificados no PPI**

Cinco novos Terminais Pesqueiros Públicos (TPP) foram qualificados na carteira do PPI com a publicação, em 26/6, da resolução 128/2020 no Diário Oficial da União (DOU). São eles: TPP de Natal, no Rio Grande do Norte; TPP de Aracaju, no Sergipe; TPP de Vitória, no Espírito Santo; e os TPPs de Santos e de Cananéia, no estado de São Paulo. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA é responsável por promover e acompanhar os procedimentos licitatórios das desestatizações.

Terminais Pesqueiros Públicos (TPP) são as estruturas físicas necessárias para as atividades de movimentação e armazenagem de pescado, entreposto de comercialização, beneficiamento e apoio à navegação de embarcações. A área do TPP pode compreender instalações como ancoradouros, docas, cais, pontes e píeres de acostagem, terrenos, armazéns frigorificados, edificações e infraestrutura de proteção e acesso aquaviário.

A atração de investimentos privados para esses empreendimentos é fundamental para a modernização e operacionalização dos terminais, de modo a viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento da indústria do pescado. Em 2019, a produção pesqueira nacional foi de aproximadamente 722 mil toneladas. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO estima que em 2030 essa produção poderá atingir 20 milhões de toneladas.

A inclusão de mais cinco TPPs no portfólio do PPI foi deliberada durante a última reunião do Conselho do PPI, realizada em 10 de junho. Atualmente, já estão na carteira do programa os projetos para desestatizar os TPPs de Cabedelo (PB), Belém (PA) e Manaus (AM).

### **Via Dutra: Diálogos do PPI com o setor financeiro**

Foi concluído o Ciclo de Diálogos com potenciais investidores de grupos nacionais e internacionais sobre a concessão da Via Dutra (BR 116), nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, que inclui trecho da BR 101. Trata-se do maior projeto de concessão de rodovias do país, cuja importância tem sido também medida pela ampla participação da sociedade civil no projeto.

As reuniões individuais com os potenciais parceiros foram conduzidas pelo PPI, e contaram com a participação de representantes de vários órgãos governamentais que atuam na estruturação e acompanhamento da concessão. O objetivo das reuniões foi apresentar aprimoramentos no projeto, decorrentes principalmente das contribuições encaminhadas pela sociedade durante as Audiências Públicas realizadas, esclarecer dúvidas e receber sugestões.

### **Concluída Consulta Pública sobre concessão do Terminal Pesqueiro de Cabedelo (PB)**

Em 11/6, foi concluída a Consulta Pública sobre o processo de concessão para exploração do Terminal Pesqueiro Público (TPP) de Cabedelo (PB), projeto qualificado no PPI, encaminhado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Durante a consulta, além de receber contribuições formalizadas pela sociedade civil, foi conduzida Audiência Pública virtual e rodadas de conversas individuais com potenciais parceiros do setor pesqueiro. O projeto será a primeira concessão de um TPP no Brasil e poderá trazer impactos socioeconômicos muito positivos, pois, com investimentos na ordem de R\$ 10 milhões, poderá gerar renda e qualidade de vida para mais de 1000 famílias da região.

# Newsletter do PPI

Junho

## *Transportes e Logística*

### **Consulta Pública sobre terminal de grãos no Porto de Maceió, Alagoas**

Em 9/6, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) abriu consulta pública sobre o projeto de arrendamento de terminal de grãos MAC13, localizado no Porto Organizado de Maceió, estado de Alagoas. O objetivo foi receber contribuições para aprimorar os documentos necessários à realização do processo licitatório, que foi qualificado na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos durante a 13ª reunião do Conselho do PPI (10/6).

Os documentos técnicos objeto da audiência pública estão disponíveis em <http://web.antaq.gov.br/Sistemas/LeilaoInternetV2/PaginaPrincipal.aspx>. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até 23/07, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da Agência.

O terminal MAC13 possui 71.262m<sup>2</sup> e é destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido vegetal, especialmente açúcar. O prazo contratual será de 25 anos e os investimentos previstos a serem feitos pelos vencedores da licitação totalizam R\$ 55,7 milhões. O valor global do contrato para o MAC13 é de R\$ 922,7 milhões. Os futuros arrendatários do terminal pagarão à autoridade portuária pelo uso da área o valor mensal de R\$ 364.684,87 e mais R\$ 4,73 por tonelada movimentada.

### **Audiência Pública Virtual sobre o arrendamento do Porto de Fortaleza, Ceará**

O processo de consulta pública sobre o arrendamento da área MUC01, no Porto de Fortaleza, estado do Ceará, teve início em 8/6. Como parte do processo, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizará, em 06/07, audiência pública virtual sobre o empreendimento, que foi qualificado no portfolio do PPI durante a 13ª Reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (10/6).

Os interessados em opinar durante a audiência devem se inscrever pelo aplicativo de mensagens “Whatsapp”, no número (61) 2029-6940, entre 10h e 14h (horário de Brasília) do dia 6/7. A audiência terá início às 15h e término às 18h. Por meio do whatsapp, os participantes poderão enviar suas contribuições por vídeo, áudio ou por escrito. Outra forma de participar será por meio de sala de reunião virtual criada no aplicativo “Microsoft Teams”. Para isso, no ato de inscrição via whatsapp, o interessado deverá informar seu endereço eletrônico de login no sistema “Teams” para ser convidado a entrar na sala na sua vez. Toda a sessão virtual será transmitida no canal da ANTAQ no “Youtube”, em: <https://youtu.be/a75DyhQVUHg>

A consulta pública sobre o arrendamento da área MUC01 permanecerá aberta até 22/7. Interessados podem encaminhar sugestões por meio de formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ: <http://web.antaq.gov.br/Sistemas/LeilaoInternetV2/PaginaPrincipal.aspx>. No portal também estão disponíveis os documentos relativos à licitação.

Com 6.000m<sup>2</sup>, a área denominada MUC01 é destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, especialmente trigo em grãos. Os investimentos previstos a serem feitos pelos vencedores do leilão ao longo dos 25 anos do contrato somam R\$ 56,7 milhões. O valor global do contrato é de R\$ 516,6 milhões. Os futuros arrendatários do terminal pagarão à autoridade portuária pelo uso da área o valor mensal de R\$ 63.231,54 e mais R\$ 1,54 por tonelada movimentada.

[Voltar ao índice](#)



# Newsletter do PPI

Junho

## *Energia, Petróleo, Gás e Mineração*

### **Aberta Consulta Pública sobre a 1ª Rodada de Disponibilidade de Áreas da Agência Nacional de Mineração (ANM)**

Em 4/6, a Agência Nacional de Mineração (ANM) abriu consulta pública sobre a 1ª Rodada de Disponibilidade de Áreas, que deverá contemplar a oferta de 500 áreas para exploração minerária. A ideia é discutir com a sociedade e o setor mineral as regras propostas no edital, que será modelo para futuras rodadas.

A minuta de edital ficará em consulta pública até 18/7. Mais e orientações acerca dos procedimentos relacionados à participação da Consulta Pública estão disponíveis em <http://www.anm.gov.br> ou por meio do e-mail [cp02.2020@anm.gov.br](mailto:cp02.2020@anm.gov.br). Durante o prazo de consulta pública, está programada a realização de audiência pública em formato virtual devido à pandemia da Covid-19. Também está prevista a realização de reuniões virtuais bilaterais com associações e entidades representativas do setor mineral.

A disponibilidade de área visa a selecionar interessados em dar prosseguimento a projetos minerários já outorgados a terceiros, mas que retornaram à carteira da ANM. Até 2018, a seleção dos interessados ocorria segundo o melhor projeto técnico. O Decreto nº 9.406/2018 introduziu um novo modelo de seleção, segundo o qual as áreas devem ser objeto de oferta pública prévia pela ANM; caso haja dois ou mais interessados, as áreas são submetidas a leilão eletrônico, a ser decidido de acordo com maior valor ofertado.

Como a abertura de novas disponibilidades de áreas estava suspensa desde 2016, estima-se a existência de dezenas de milhares de áreas na carteira da ANM, com grande represamento de investimentos no setor.

### **Audiências públicas sobre projetos minerários em Bom Jardim de Goiás e Miriri**

Em 19/6, foram realizadas audiências públicas de forma virtual sobre as propostas de edital de licitação do lote de cobre de Bom Jardim de Goiás (GO) e do lote de fosfato de Miriri (PB/PE). Os vídeos das audiências públicas estão disponíveis no YouTube:

- **Projeto Cobre de Bom Jardim de Goiás:** <https://www.youtube.com/watch?v=SQreXi4TZw8>.

- **Projeto Fosfato de Miriri:** <https://www.youtube.com/watch?v=4Eztid7LBX0>

Mais informações sobre os ativos e sobre as audiências públicas estão disponíveis na página do Serviço Geológico Brasileiro <http://www.cprm.gov.br/publique/Acesso-a-Informacao/Leilao-Cobre-de-Bom-Jardim-%28GO%29-e-Fosfato-de-Miriri-%28PE-PB%29-6244.html>

### **Diálogos com o Setor de Mineração**

Nos dias 17, 18, 24 e 25 de junho, equipes da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos e do Serviço Geológico Brasileiro – CPRM realizaram Diálogos com o setor de Mineração, por meio de reuniões one-on-one via videoconferência com empresas de diversos portes, nacionais e internacionais, além de consultorias especializadas. O objetivo foi esclarecer dúvidas e receber sugestões dos interessados nos leilões de ativos do setor minerário da carteira do PPI previstos para 2020.



# Newsletter do PPI

Junho

*Energia, Petróleo, Gás e Mineração*

## **Concluída Consulta Pública sobre o Edital do Leilão de Transmissão nº 01/2020**

Em 29/6, foi concluída a segunda fase da Consulta Pública nº 046/2019, que buscou subsídios para o aprimoramento da proposta de Edital do Leilão de Transmissão nº 1/2020-ANEEL, destinado à contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica. Essa segunda fase contou com a contribuição de 29 empresas, associações e demais interessados.

O Leilão de Transmissão nº 1/2020 contempla 3690 km de linhas de transmissão e 7160 MVA de capacidade de transformação, bem como a incorporação das instalações da Amazonas GT, com 385 km de linha de transmissão e 1350 MVA de transformação. Estimam-se investimentos da ordem de R\$ 10 bi, distribuídos em 11 Estados da Federação e a geração de 21.300 empregos diretos.

[Voltar ao índice](#)

# Newsletter do PPI

Junho

## *Parcerias de Entes Federativos e Desenvolvimento Regional*

### **Projeto de PPP para construção de novo hospital infantil é qualificado no PPI**

O projeto de PPP para construção e operação do Novo Hospital da Criança de Guarulhos, São Paulo, foi qualificado no PPI por meio da Resolução 138/2020, publicada em 30/6. A medida atendeu a uma demanda da prefeitura de Guarulhos e foi deliberada durante a última reunião do Conselho do PPI (CPPI), realizada em 10/6, em que participaram o Presidente da República, Jair Bolsonaro, e o Ministro da Economia, Paulo Guedes, que preside o Conselho.

Com a qualificação, o projeto passa a ter status de prioridade nacional para todos os agentes envolvidos na sua implementação e a receber o suporte da equipe do PPI para a estruturação de parceria com a iniciativa privada. O apoio vai desde a decisão sobre o melhor modelo de parceria para concessão até a realização do processo licitatório, abrangendo estudos técnicos, econômicos e ambientais e ações para atração de investidores.

A estruturação de PPP para a nova unidade municipal de Atenção Especializada em Saúde da Criança e do Adolescente em Guarulhos está sendo conduzida pelo BNDES. A iniciativa abrange a construção, equipagem, operação, manutenção e prestação de serviços clínicos e não clínicos. O parceiro privado ficará responsável pelos investimentos em infraestrutura, devendo realizar as obras e adquirir os equipamentos e materiais necessários para a operação do complexo e atendimento aos pacientes.

O resultado esperado é a construção de um hospital moderno e em linha com as melhores unidades hospitalares do país, ampliando o atendimento à população de Guarulhos com qualidade, técnica e humanização. A perspectiva é que o novo hospital dobre a capacidade de atendimento ao público entre zero e 17 anos no município..

### **MME e MCTI reforçam Comitê Interministerial sobre projetos para recuperação energética de resíduos sólidos**

A Resolução 125/2020, publicada em 30/6, recomenda a inclusão de representantes do Ministério das Minas e Energia (MME) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) no Comitê Interministerial responsável por acompanhar, opinar e prestar informações sobre os projetos de concessão para ampliação da capacidade de recuperação energética de resíduos sólidos urbanos (RSU). O objetivo é promover a integração das políticas de RSU, de energia e de inovação para viabilizar novas formas de geração de energia a partir desses resíduos, de forma a transformar um passivo sanitário e ambiental em um ativo energético.

O Comitê Interministerial sobre concessões para projetos de recuperação energética a partir de RSUs foi criado pelo Decreto 10.117/2019, que qualificou esses empreendimentos no PPI. Além de representantes de SPPI, MME e MCTI, o Comitê também conta com a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A inclusão de MME e MCTI foi deliberada na última reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), realizada em 10 de junho.

# Newsletter do PPI

Junho

## *Parcerias de Entes Federativos e Desenvolvimento Regional*

### **Curso para Monitoramento e Gerenciamento dos Contratos de Concessão do FEP-CAIXA**

Em continuidade à agenda de eventos coordenada pela SPPI para capacitação dos municípios e consórcios com projetos em estruturação pelo FEP-CAIXA, foi realizado entre 15/6 e 22/6 o Curso para Monitoramento e Gerenciamento dos Contratos de Concessão do FEP. Patrocinado pela FUNASA com apoio do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Caixa Econômica Federal, o primeiro dia do curso contou com a participação de cerca de 60 profissionais, a maioria de prefeituras com projetos apoiados pelo FEP, e teve foco na fase operacional dos projetos.

O curso abordou aspectos da gestão jurídico-administrativa, econômico-financeira e técnica de contratos de delegação de serviços para parceiros privados e foi desenhado com base nas melhores práticas internacionais de estruturação e gestão de projetos de parceria público-privada. Um dos diferenciais foi a aplicação prática dos conteúdos abordados, via estudos de casos nas áreas de resíduos sólidos urbanos, esgotamento sanitário e iluminação pública.

### **Roadshow FEP-CAIXA tem mais de 600 inscritos**

Mais de seiscentas pessoas, entre autoridades, investidores, fornecedores e financiadores, inscreveram-se no Roadshow FEP-CAIXA, realizado em 9/6. O evento, organizado pela Caixa Econômica Federal em parceria com a SPPI e o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), apresentou as iniciativas realizadas com suporte do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-privadas (FEP).

Administrado pela Caixa, o FEP foi criado pelo governo federal por meio da Lei 13.529/2017 para prover assessoramento técnico e financeiro a esses projetos. Durante o Roadshow, foi apresentada a carteira de projetos apoiados pelo Fundo nas áreas de iluminação pública, resíduos sólidos urbanos e saneamento básico. Também foram esclarecidas as diretrizes para estruturação das iniciativas e captação de recursos, além dos critérios para seleção de municípios e consórcios a serem apoiados em cada um desses setores.

As apresentações utilizadas durante o Roadshow estão disponíveis em <https://www.concessoes.caixa.gov.br/sifep-portal/#/chamamentoPublico> > Edital > Roadshow FEP CAIXA - 09-06-2020.zip

### **Modernização da Iluminação Pública: publicado resultado da seleção de consórcios**

Dando continuidade ao 2º Chamamento Público para seleção de projetos de estruturação de PPPs no setor de Iluminação Pública, foi publicado em 05/06 o resultado da seleção de consórcios. Nove consórcios públicos nos estados da Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais foram habilitados, compreendendo 84 municípios e beneficiando 1,9 milhão de habitantes.

Os projetos permitirão implementar redes de iluminação pública mais modernas e econômicas, com o uso de lâmpadas de LED. Também promoverão melhoria da sensação de segurança e potencial redução da criminalidade, além da oferta de serviços integrados ao sistema de Iluminação Pública.

O chamamento dá continuidade à Política Pública de Fomento às Concessões e PPPs dos Estados, do DF e dos Municípios, que já apoia, via FEP-CAIXA, a estruturação de 17 projetos de PPPs de Iluminação Pública em todo o país. Os municípios de Feira de Santana, na Bahia, e de Aracaju, no Sergipe, foram os primeiros municípios a publicar o edital de licitação, em 03/06 e 05/06 respectivamente. A relação completa dos consórcios habilitados pode ser consultada em <https://concessoes.caixa.gov.br/sifep-portal/#/chamamentoPublico> > Edital 001-19 IP CONSÓRCIOS > Resultado Final.



# Newsletter do PPI

Junho

## *Parcerias de Entes Federativos e Desenvolvimento Regional*

### **Publicados editais de licitação de PPP para iluminação pública em Aracaju (SE), Feira de Santana (BA) e Franco da Rocha (SP)**

Em junho, foram publicados editais de licitação de PPP para selecionar empresa/consórcio responsável pelo serviço de iluminação pública nos municípios de Aracaju (SE), Feira de Santana (BA) e Franco da Rocha (SP).

Os projetos abrangem a modernização de pontos de iluminação pública com uso de lâmpadas de LED e telegestão, visando promover a redução do consumo de energia, melhorar a qualidade dos serviços e valorizar o uso dos espaços urbanos pela população. Também se inserem no contexto do Programa Federal de Enfrentamento à Criminalidade Violenta, coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, para inibir crimes e aumentar a sensação de segurança.

Os leilões serão realizados em 14/08 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Ao vencedor caberá desenvolver, modernizar, expandir, operar e manter a rede municipal de iluminação pública por período de 13 anos. Publicados por meio do FEP CAIXA, os editais fazem parte de um conjunto de iniciativas apoiadas e cofinanciadas pelo Banco Mundial por meio da Financial International Corporation e Global Infrastructure Facility.

#### **Saiba mais sobre o leilão em cada município:**

**Feira de Santana.** O edital publicado pelo segundo município mais populoso do estado da Bahia em 3/6 envolve a modernização de 61 mil pontos de luz e investimentos da ordem de R\$ 275 milhões. O documento e demais informações sobre o leilão estão disponíveis em [www.feiradesantana.ba.gov.br](http://www.feiradesantana.ba.gov.br)

**Aracaju.** O edital publicado pela capital do estado de Sergipe em 5/6 envolve a modernização de 58 mil pontos de luz e investimentos estimados em R\$ 257 milhões. O edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico [www.aracaju.se.gov.br](http://www.aracaju.se.gov.br).

**Franco da Rocha.** O edital publicado pela Prefeitura de Franco da Rocha em 16/6 envolve investimentos da ordem de R\$ 58 milhões e a modernização de 10 mil pontos de luz no município. O documento e outras informações úteis sobre o leilão estão disponíveis em [www.francoarocha.sp.gov.br](http://www.francoarocha.sp.gov.br) > acesso a informações > licitações

### **Consulta pública sobre modelo de concessão da CEDAE**

Em 9/6, o governo do estado do Rio de Janeiro abriu consulta pública sobre o processo de desestatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE). Interessados podem obter todas as informações necessárias para participar no site <http://www.rj.gov.br/consultapublica/>

Os estudos de viabilidade da concessão foram realizados pelo BNDES, que apoia toda a estruturação do projeto. A área do estado do Rio atendida pela Cedae, que compreende 64 municípios, será dividida em quatro blocos, com prazo de concessão de 35 anos. Para cumprir as metas previstas nos contratos, a estimativa de investimentos dos operadores privados, em suas respectivas áreas de atuação, é de R\$ 33,5 bilhões.

O governo do Estado do Rio tem a expectativa de lançar o edital no terceiro trimestre de 2020 para que o leilão seja realizado ainda este ano.

[Voltar ao índice](#)

# Newsletter do PPI

Junho

## *Desestatização de Empresas e Serviços*

### **Resolução qualifica serviço de “Apostas de Quota Fixa” no PPI**

Foi publicada no Diário Oficial da União, em 19/6, a Resolução 134/2020, que qualifica no PPI e inclui no Plano Nacional de Desestatização (PND) o serviço de loteria “Apostas de Quota Fixa”, mais conhecido como “apostas esportivas”. Trata-se de serviço público exclusivo da União que agora poderá ser transferido à iniciativa privada mediante processo de concessão ou autorização.

A iniciativa contribui para ampliar oportunidades de investimento, estimular a economia, aumentar a arrecadação e gerar empregos. Um dos modelos de desestatização que poderá ser adotado é a concessão, o mesmo já utilizado no bem-sucedido leilão da LOTEX, realizado em outubro de 2019, vencido por consórcio ítalo-americano e que gerou outorga a ser paga à União no valor de R\$ 817,9 milhões.

### **“Mercado Livre do Produtor” incluído nos estudos para desestatização da CEASAMINAS**

Foi publicada em 24/6 a resolução 137/2020, que inclui as avaliações sobre o Mercado Livre do Produtor (MLP) no escopo dos estudos necessários à desestatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CEASAMINAS), empresa de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura. Os estudos estão sob a responsabilidade do BNDES.

O MLP é um espaço em que produtores e compradores de hortifrutigranjeiros podem negociar diretamente. Ocupa área de propriedade do estado de Minas Gerais e está no perímetro de entrepostos da CEASAMINAS, configurando elemento importante na modelagem do processo de desestatização.

### **Primeiro Ciclo de Diálogos com o Setor Postal**

Ao longo de junho, a Secretaria Especial do PPI, em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o BNDES, realizou o 1º Ciclo de Diálogos com o Setor Postal. Por meio de reuniões via videoconferência com stakeholders, buscou-se esclarecer dúvidas e obter insights para aprimoramento regulatório do setor. No total, foram 21 reuniões com empresas e associações do setor.

### **Encerramento das atividades do Comitê Interministerial sobre a CEITEC**

O resultado dos estudos conduzidos pelo Comitê Interministerial instituído pelo Decreto 10.065/2019, cujo objetivo foi identificar alternativas para o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC, foi apresentado durante a 13ª Reunião do Conselho do PPI. Como resultado dos estudos, o CPPI recomendou ao Presidente da República a dissolução societária do CEITEC e a publicização das atividades dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica.

O Comitê Interministerial, que é formado por representantes do Ministério da Economia e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e que teve apoio técnico do BNDES, realizou diálogos com o setor privado para avaliar se havia interesse em realizar parcerias para concessão ou mesmo aquisição. Não se verificou, contudo, apetite do setor privado pela operação, apenas interesse em alguns ativos da CEITEC, cuja aquisição seria condicionada a algumas ações do poder público. Por essa razão, optou-se pela recomendação de liquidação da empresa.

[Voltar ao índice](#)

# Newsletter do PPI

Junho

## Eventos e outros

### 13ª Reunião do Conselho do PPI qualifica empreendimentos no programa de parcerias de investimentos do governo federal

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) reuniu-se, em 10/6, para deliberar sobre novos empreendimentos a serem qualificados na carteira do PPI. A reunião contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, que preside o CPPI. A apresentação com as deliberações do Conselho já está disponível na página do PPI, em <https://bit.ly/13ReuniaoCPPI>. A coletiva de imprensa realizada após a 13ª Reunião está disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=CA-Q4FN-6vo&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?v=CA-Q4FN-6vo&feature=emb_title).

Os projetos qualificados no Programa têm prioridade nacional perante todos os agentes públicos, nas esferas administrativa e de controle da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O PPI atuará na coordenação e monitoramento das iniciativas em apoio aos Ministérios setoriais e aos demais entes federativos, em especial no que diz respeito ao planejamento, modelagem e acompanhamento dos empreendimentos. O objetivo é buscar modelos mais eficientes de oferta e gestão de serviços públicos, promover a concorrência, trazer mais segurança jurídica e aperfeiçoar o ambiente regulatório para atrair investidores nacionais e estrangeiros.

#### Os destaques da 13ª Reunião do Conselho foram:

- Sete Arrendamentos Portuários (Portos de Maceió/AL, Mucuripe/CE, Areia Branca/RN e Santos/SP) + Estudos para desestatização do Porto de Itajaí – SC;
- Duas Rodovias (BR-135/316/MA, 230/PA) + Inclusão de rodovias paranaenses no PND + Apoio ao licenciamento da BR-174/MT-RO;
- Relicitações de Aeroportos (ASGA/RN e VCP/SP);
- Linha 2 do metrô de Belo Horizonte/MG + Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. – Ferroeste;
- Áreas em Oferta Permanente para exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Terminais Pesqueiros de Natal/RN, Aracaju/SE, Vitória/ES, Santos/SP e Cananéia/SP;
- Empreendimentos turísticos (Forte N. Sra dos Remédios/PE, Forte Orange/PE, Fortaleza de Santa Catarina/PB, Fazenda Pau D'Alho/SP) + Parques Nacionais (São Joaquim/SC e Brasília/DF);
- PPP do Novo Hospital Municipal da Criança e do Adolescente de Guarulhos/SP;
- Loteria - “apostas de quota fixa”;
- Dissolução Societária da CEITEC e contratação de estudos especializados para a Telebrás;
- Política de apoio ao licenciamento ambiental de projetos de investimentos para a produção de minerais estratégicos – “Pró-Minerais Estratégicos”;
- Regras para a realização de audiências públicas de projetos integrantes da carteira do PPI, inclusive de forma virtual.
- Aprovação do relatório do comitê interministerial sobre Angra 3



# Newsletter do PPI

Junho

## *Eventos e outros*

### **Resolução regula Audiências Públicas Virtuais dos projetos do PPI**

Foi publicada em 24/6 no Diário Oficial da União a Resolução 136/2020, que estabelece as regras para realização de audiências públicas virtuais de projetos e empreendimentos que integram o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A estratégia visa garantir o andamento dos processos de licitação em meio aos desafios trazidos às dinâmicas de trabalho pela pandemia de COVID-19.

A resolução orienta que as audiências públicas de forma virtual e remota devem utilizar plataforma tecnológica de acesso amplo, direto e interativo aos cidadãos interessados, além de assegurar a integridade e rastreabilidade das informações geradas. Os interessados poderão acessar e visualizar gravação das audiências públicas até a data de realização da licitação do projeto. À semelhança do que já acontece quando se trata de audiências públicas presenciais, as audiências públicas virtuais serão precedidas de ampla divulgação, com aviso de convocação informando data, horário, forma e local, sendo disponibilizadas todas as informações necessárias à participação das partes interessadas.

## *Webinars em inglês*

### **Webinar “Understanding the role of infrastructure to foster economic growth in Latin America post Covid-19” (9/6)**

No dia 9/6, a Secretária Especial do PPI, Martha Seillier, participou do webinar “Understanding the role of infrastructure to foster economic growth in Latin America post Covid-19”, organizado pela KPMG. Mediado por Stephen Beatty, presidente de Infraestrutura da KPMG, o evento também contou com a participação de Daniel Gomez Gaviria, do Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia, e de Rafael Ugaz, do Proinversión Peru. O webinar está disponível na íntegra em [https://www.youtube.com/watch?v=ivkSeUd\\_1cs](https://www.youtube.com/watch?v=ivkSeUd_1cs).

### **Webinar “The new infrastructure pipeline” (26/6)**

No webinar "The New Infrastructure Pipeline", organizado pelo Itaú BBA, a Secretária Especial do PPI, Martha Seillier, falou sobre os desafios e oportunidades para projetos de infraestrutura no Brasil. O vídeo do evento está disponível em <https://linkedin.com/video/embed/live/urn:li:ugcPost:6682341131218362368/>.

### **Webinar “Impacts of Covid-19 on Infrastructure Concession Projects” (26/6)**

Em 26/6, a Secretária Especial do PPI, Martha Seillier, foi uma das convidadas a participar do webinar "Impacts of Covid-19 on Infrastructure Concession Projects", organizado pela Infracore e pela Women's Infrastructure Network. Também participaram do evento Cristiane Gomes, CEO da CCR Airports; Doris Chevalier, Fundadora da Infracore; e Ghita Bennis, sócia da Ashurst. O webinar está disponível em <https://youtu.be/opXiaYyvayM>.

### **Webinar “Investing in the Brazilian Power Sector: Opportunities and Challenges” (30/6)**

O secretário do PPI para Obras Estratégicas e Desenvolvimento, Bruno Westin, participou, em 30/6, do painel “Investing in the Brazilian Power Sector: Opportunities and Challenges”, que faz parte de uma série organizada pela Câmara de Comércio Brasil-Americana. O painel discutiu as próximas oportunidades no setor de energia, bem como os desafios de investir no setor após a pandemia do COVID-19. O webinar está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CTMI-GXvCbE>.

# Newsletter do PPI

Junho

## Eventos e outros

### Webinars em português

#### Webinar Retomada do crescimento por meio de Investimentos em Infraestrutura (15/6)

A Secretaria Especial do PPI e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizaram, em 15/6, o webinar "Retomada do crescimento por meio de Investimentos em Infraestrutura". O evento contou com a participação do Secretário-Executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, do Presidente do BNDES, Gustavo Montezano, da Secretária Especial do PPI, Martha Seillier, do diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs do BNDES, Fábio Abrahão, e de representantes dos Bancos multilaterais de desenvolvimento. O evento está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F Da baT1Q4>.

#### Webinar da Câmara Americana de Comércio – AMCHAM (17/6)

Em 17/6, a Secretária Especial do PPI, Martha Seillier, foi uma das participantes do webinar “Missão Internacional de Infraestrutura | Estruturação de Projetos - Existe um Modelo Ideal?”, organizado pela AmCham (Câmara de Comércio Americana). O evento também contou com a participação de Fábio Abrahão, Diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs do BNDES, e Claudia Prates, Diretora-geral do New Development Bank Brasil. O webinar está disponível em: <https://www.amcham.com.br/connect/conteudo/tv/missao-internacional-de-infraestrutura-estruturacao-de-projetos-existe-um-modelo-ideal>.

#### Webinar sobre a CEITEC com Secretário de Fomento e Apoio a Parcerias de Entes Federativos do PPI (25/6)

Organizada pelo Jornal do Comércio/Blog Mercado Digital e com mediação da repórter de tecnologia Patricia Knebel, a live ensinou um debate sobre a liquidação da fábrica de chips CEITEC, no Rio Grande do Sul, com participação do Secretário de Fomento e Apoio a Parcerias de Entes Federativos do PPI, Wesley Cardia, e com o presidente da Sociedade Brasileira de Microeletrônica (SBMICRO), Nilton Morimoto. O vídeo está disponível em [https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/galeria\\_de\\_videos/2020/06/745112-ceitec-extinguir-vender-ou-transformar-qual-sera-o-destino-da-fabrica-de-chips.html](https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/galeria_de_videos/2020/06/745112-ceitec-extinguir-vender-ou-transformar-qual-sera-o-destino-da-fabrica-de-chips.html).

#### Webinar sobre Concessões Florestais com a equipe do PPI (26/6)

Foi realizado em 26/6 webinar organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Nacional sobre a “Concessão de Florestais Públicas”, em que os convidados foram a Secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação do PPI, Rose Hofmann, e o Assessor-Chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Investidor e Novos Projetos do PPI, Robson Enéas de Oliveira. O vídeo na íntegra está disponível em <https://youtu.be/1FUeGzfa5ak>.

#### Aula aberta "Leilões na mineração" (26/6)

No dia 26 de junho, o Diretor de Programa da Secretaria de Energia, Petróleo, Gás e Mineração do PPI, Frederico Munia Machado, realizou apresentação sobre o tema "Leilões na mineração: PPI, a nova disponibilidade de áreas e o papel das estatais na mineração", em aula virtual aberta ao público do curso de Pós-Graduação em Direito da Mineração ministrado pelo CEDIN - Centro de Estudos em Direito e Negócios. O debatedor foi o Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Minerário (IBDM), Tiago de Mattos. A aula está disponível em [https://youtu.be/WYVH\\_gU-8P4](https://youtu.be/WYVH_gU-8P4)

[Voltar ao índice](#)